



JUDICIÁRIO SOB ATAQUE

O PRESIDENTE PACIFICADOR DO TJ

Milton Fernandes tem a missão de recosturar relações com outros Poderes

p.22

NOVA AMB MUDA VISÃO E PREGA DIÁLOGO

Jayme de Oliveira defende equilíbrio e prudência, após vitória nacional

p.18

25 ANOS DE LUTAS DA AMAERJ

Associação celebra um quarto de século e resgata sua história

p.16



AMAERJ



ESTIMADOS,

Nossa AMAERJ encerra o ciclo de 2016, ano de muitas adversidades para o Estado do Rio de Janeiro e para a magistratura, dando boas-vindas à nova administração do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, eleita para o biênio 2017-2018, que já chegou.

No último trimestre, concretizamos importantes projetos, como a 5ª edição do Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos, que agraciou como Hors-Concours o Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Roberto de Figueiredo Caldas, e teve a participação de expoentes dos meios jurídico e acadêmico, representados pelo ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto. É também hoje um dos maiores prêmios jornalísticos do País.

A AMAERJ participou ativamente das negociações e dos atos formais para o correto repasse do duodécimo constitucional do Poder Judiciário. Propusemos ação para o pagamento dos magistrados aposentados e pensionistas e atuamos como *amicus curiae* no mandado de segurança impetrado no STF, relatado pelo ministro José Antonio Dias Toffoli, em que foi acordado o repasse da folha líquida do TJ-RJ, contemplando os ativos e os inativos. Esta foi uma decisão homologatória muito importante para manter a classe unida, fazendo valer o princípio constitucional da vitaliciedade.

Os inúmeros ataques à magistratura foram repelidos com atos de desagravo, atos públicos

no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal, manifestações públicas e na imprensa.

A aproximação com a sociedade foi materializada pelos projetos “Apadrinhar – Amar e agir para materializar sonhos” e “Remada Limpa”, além do apoio a iniciativas como “Som +eu”, que transforma crianças e adolescentes de áreas carentes em músicos.

Os projetos de lei e de emendas constitucionais que afetavam a magistratura foram monitorados de perto e pessoalmente pela presidência da AMAERJ. Fizemos visitas a parlamentares – inclusive aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal –, sugestões de textos substitutivos ou modificativos, trabalho efetivo em cooperação com outras entidades de classe, para evitar qualquer corte de direito ou prerrogativa.

A união da magistratura é o nosso Norte, e a posição de destaque hoje alcançada pela AMAERJ no cenário nacional seguramente nos permitirá contribuir mais para minorar os efeitos da devastadora crise econômica e política que vivemos.

Seguimos ao lado da sociedade, aquela que é a destinatária do nosso esforço diário.

Boa leitura.


Renata Gil de Alcântara Videira
PRESIDENTE DA AMAERJ

Caro leitor,

Esta edição da **FÓRUM** tem como matéria de CAPA o “Judiciário sob ataque”. Os últimos meses de 2016 foram duros para a magistratura, que enfrentou uma sucessão de projetos de lei e emendas constitucionais no Congresso Nacional que afetam diretamente a independência do Judiciário e do Ministério Público. No campo político, em Brasília, a presidente Renata Gil representou a AMAERJ em reuniões com os presidentes da República, Michel Temer, do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, e do Congresso, Renan Calheiros, para ajudar a resolver as crises institucionais. A magistratura se mobilizou e protestou, no Rio e em Brasília (pg 8), manifestando sua posição de forma clara. “A quem interessa enfraquecer o Judiciário e o Ministério Público?” era a pergunta não respondida.

O período também trouxe enormes desafios aos juízes e desembargadores do Rio de Janeiro. A crise financeira se refletiu no atraso de pagamento do Judiciário. A AMAERJ convocou uma Assembleia Geral extraordinária – com 120 magistrados – para deliberar sobre o pagamento de ativos, inativos e pensionistas. A AMAERJ também atuou contra o “Pacote de Maldades” enviado pelo governo estadual para a Assembleia Legislativa. Em parceria com as associações do MP (AMPERJ), da Defensoria Pública (ADPERJ) e da Procuradoria do Estado (APERJ), foram produzidas notas técnicas apontando a inconstitucionalidade das propostas. Muitas das medidas foram rejeitadas.

O último trimestre de 2016 também teve atos de apoio a magistrados, Curso de Segurança e a celebração do Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli e dos 25 anos da AMAERJ (pg 17), em novembro.

Em dezembro, o TJ-RJ elegeu o desembargador Milton Fernandes como presidente para o Biênio 2017-2018. **FÓRUM** o entrevistou. Fernandes, que afirmou nunca antes ter pensado em ocupar a posição, foi eleito em uma disputa com a desembargadora Maria Inês Gaspar. Sua prioridade é pacificar as relações com os outros poderes e negociar com o Executivo o repasse em dia do duodécimo constitucional do Judiciário.

No plano associativo nacional, a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) também escolheu novo presidente, Jayme de Oliveira (SP), e diretoria (pg 18) para o período 2017-2019. A presidente da AMAERJ, Renata Gil, foi eleita vice-presidente institucional, e mais 13 magistrados do TJ-RJ integram a diretoria nacional. O pleito foi decidido em São Paulo (94% dos votos), Paraná (80%), Rio de Janeiro (74%) e Minas Gerais (71%) – estados onde Jayme teve grande adesão. O presidente da AMB respondeu a perguntas da **FÓRUM**.

Na seção Cariocando, é possível descobrir um CD inédito de Naná Vasconcelos com Fágner e Manassés, “passear” pelas calles de Madri, a capital das caminhadas, ler sobre o torneio de tênis da AMAERJ e os livros de Direito que não podem faltar em sua biblioteca. Ótima leitura! ■



Esta foto do Ato da Toga, Imagem da Fórum 44, tornou-se o símbolo da união da magistratura no difícil ano de 2016

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

Renata Gil

1º VICE-PRESIDENTE

André Gustavo Correa de Andrade

2º VICE-PRESIDENTE

Ricardo Alberto Pereira

SECRETÁRIO-GERAL

Luiz Alfredo Carvalho Junior

1ª SECRETÁRIA

Rita de Cássia Vergette Correia

2ª SECRETÁRIA

Eunice Bitencourt Haddad

1ª TESOUREIRA

Alessandra de Araújo

Bilac Moreira Pinto

2ª TESOUREIRA

Simone de Araujo Rolim

FÓRUM AMAERJ

EDITOR

Raphael Gomide

REDAÇÃO

Raphael Gomide,
Diego Carvalho e Sérgio Torres

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Andréa Miranda

DESIGN

Daniel Cunha (estagiário)

CONTATO

revista@amaerj.org.br

IMPRESSÃO

Gráfica Mec

TIRAGEM

2.000 exemplares

SEDE DA AMAERJ

Rua Dom Manuel, 29 - 1º andar
Rio de Janeiro | RJ | Brasil |
CEP 20010-090
Tel.: (21) 3133-2315



3 MENSAGEM DA PRESIDENTE

4 CARTA DO EDITOR

6 PALAVRAS AO VENTO

8 IMAGEM DA FÓRUM

10 JUDICIÁRIO SOB ATAQUE

Magistrados e membros do MP viram alvo do Parlamento

14 AMAERJ EM MOVIMENTO

16 25 ANOS DE LUTAS

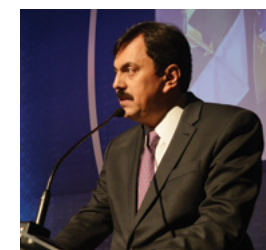
Magistrados celebram aniversário da AMAERJ

18 ELEIÇÃO DA AMB

Força, independência e representação

21 ENTREVISTA

Novo presidente da AMB, Jayme de Oliveira



22



NOVO PRESIDENTE DO TJ-RJ

Entrevista com Milton Fernandes

27

CARIOCANDO

28

» Cultura
O CD perdido de Naná Vasconcelos e Fágner

31

» Esporte
AMAERJ Tennis Open



32

» Turismo
Madri, a capital das caminhadas

34

» Estante
Novos livros sobre Direito

“ Democracia é simples quando todo o mundo se parece. É mais difícil quando há pessoas vindas de uma variedade de contextos tentando viver juntos. ”

Barack Obama, ex-presidente dos EUA, sobre a crise dos refugiados na Europa

“ UM ‘JUIZECO’ DE PRIMEIRA INSTÂNCIA NÃO PODE A QUALQUER MOMENTO ATENTAR CONTRA UM PODER. ”

Senador Renan Calheiros, sobre a prisão de agentes da Polícia do Senado e a apreensão de documentos determinadas pelo juiz federal Vallisney de Souza Oliveira

“ COMO VOCÊS DA IMPRENSA ESTÃO SE SENTINDO TENDO PERDIDO TANTOS AMIGOS QUERIDOS LÁ? POSSO TE DAR UM ABRAÇO EM NOME DA IMPRENSA? ”

Dona Ilaíde Padilha, mãe do goleiro da Chapecoense Danilo, vítima da queda do avião na Colômbia, confortando o repórter do SporTV Guido Nunes

“ Todas as vezes que um juiz é agredido, eu e cada um de nós, juízes, somos agredidos! ”

Cármen Lúcia, presidente do STF, pedindo ao Legislativo e ao Executivo respeito ao Judiciário

“ Os juízes estão fazendo a parte deles. Só com o fortalecimento do Poder Judiciário é que as contas públicas vão parar de sangrar. ”

Lillian Witte Fibe, jornalista, após prisões dos ex-governadores Anthony Garotinho e Sérgio Cabral

“ Não vamos admitir que os sistemas que criamos de defesa do consumidor sejam destruídos pela ganância de poucos. Se querem abafar a conciliação pré-processual, faremos o oposto, vamos disseminar a iniciativa. ”

Flávio Citro, juiz do TJ-RJ, em ato de desagravo da AMAERJ, após ser alvo de manifestação da OAB-RJ contra sua atuação nos juizados especiais



“ Desrespeito convida desrespeito. Violência incita violência. Quando as pessoas poderosas usam sua posição para intimidar alguém, todos nós perdemos. ”

Meryl Streep, atriz, em discurso endereçado a Donald Trump, no Globo de Ouro



“ O apadrinhamento foi uma alternativa entre a adoção e nada. Porque ou a pessoa adotava, ou não fazia nada. Os padrinhos agradecem porque dizem que recebem muito mais das crianças e adolescentes do que dão para elas de amor e de carinho ”

Sérgio Ribeiro, juiz, sobre o projeto Apadrinhar, idealizado por ele



IMAGEM DA FORUM

Magistrados e membros do Ministério Público de todo o Brasil promoveram, em 1º de dezembro, um ato contra a corrupção e de repúdio ao projeto do abuso de autoridade. Eles deram um abraço simbólico no STF. A presidente Renata Gil e cerca de 30 juízes do Rio de Janeiro participaram

FOTO: ANAMATRA





Presidente do Senado, Renan Calheiros, entre o ministro do STF Gilmar Mendes e o juiz federal Sérgio Moro, durante o debate sobre o projeto de abuso de autoridade

JUDICIÁRIO SOB ATAQUE

Parlamento fecha o cerco a magistrados e membros do Ministério Público com sete projetos que ferem a independência funcional

por **SÉRGIO TORRES**

A atuação independente do Judiciário e do Ministério Público tem gerado reações extremadas daqueles que são alvos de processos e investigações. A Operação Lava-Jato é o exemplo mais conhecido e notório. Com o cerco da Justiça Federal em Curitiba e no Rio de Janeiro, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Ministério Público Federal a políticos e parlamentares suspeitos de envolvimento em atos de corrupção, as retaliações se intensificaram.

O objetivo da reação é intimidar e enfraquecer magistrados, procuradores e promotores. Como ponta-de-lança dos ataques ao Judiciário e ao Ministério Público esteve a Lei de Abuso de Autoridade, aprovada na Câmara dos Deputados em uma sessão na calada da noite e que quase chegou a ser votada pelo Senado na primeira metade de dezembro. A lei permitiria a abertura de processos contra juízes pela prática suposta de crimes de abuso de autoridade no exercício profissional. “A votação desse projeto sem uma discussão séria e profunda será um grande retrocesso. Mas temos a expectativa de que o Senado não aceite essa imposição e abra diálogo com a sociedade”, afirmou o presidente da AMB (Associação de Magistrados Brasileiros), Jayme de Oliveira.

O acirramento dos ataques ao Judiciário mereceu pronta-resposta por parte de ministros da mais alta corte brasileira. A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, disse com veemência em solenidade no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 5 de dezembro, que, se aprovada pelo Legislativo, a lei que altera os crimes por abuso de autoridade “provocará crise institucional” no país. Ela chegou a dizer que cabe à Justiça a função de “pacificar” o Brasil. “Ou a democracia ou a guerra”, declarou.

A presidente da AMAERJ e vice-presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Renata Gil, enalteceu o papel da ministra na negociação que culminou no adiamento da votação para 2017. “A ministra Cármen Lúcia foi fundamental nesse processo. De modo republicano, soube acalmar as instituições”, disse, referindo-se à atuação da presidente do STF no



A ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, recebeu carta aberta das associações de magistrados e de membros do Ministério Público pela independência das carreiras, contra a corrupção e a impunidade

episódio em que a corte mais alta do Judiciário brasileiro decidiu pela manutenção do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) na presidência do Senado, impedindo-o apenas que venha a ocupar a Presidência da República em uma eventualidade.

De acordo com os entendimentos, dos quais participaram o presidente Michel Temer e os ex-presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso – tal a gravidade do ambiente de confrontação entre Judiciário e Legislativo –, a votação do projeto de abuso de autoridade acabou cancelada.

Na semana anterior, Cármen Lúcia já dissera publicamente que o Judiciário é vítima de uma estratégia de cerceamento, que se manifestava, especialmente, pela possibilidade de votação no Legislativo Federal do projeto de lei que estipula punições a magistrados por crimes de abuso de autoridade. Para ela, os juízes devem atuar com tranquilidade e imparcialidade, sem temer punições pelas decisões tomadas no âmbito dos processos.

A crise tornou-se ainda mais aguda com a decisão liminar do ministro Marco Aurélio Mello, do STF, de destituir Renan da presidência do Senado. Ele acabara de

virar réu em ação que tramitava já havia nove anos no Supremo. Com o respaldo da Mesa Diretora do Senado, Renan recusou-se a deixar o cargo, o que provocou reação indignada do ministro Luis Roberto Barroso, também do STF. Dizendo falar em tese, Barroso alertou que deixar de cumprir decisão judicial “é crime de desobediência ou golpe de Estado”.

As tentativas de políticos e parlamentares importantes acossados pela Lava-Jato de intimidar o Judiciário e o Ministério Público têm provocado repúdio em todo o Brasil. Setores importantes da sociedade identificam na ação a estratégia agressiva de depreciar magistrados e membros do MP como forma de minar o protagonismo das instituições empenhadas em cumprir sua missão constitucional.

Em 1º de dezembro, em frente à sede do STF em Brasília, ao menos mil magistrados e representantes do Ministério Público participaram de ato público contra a corrupção e contra a lei do abuso de autoridade. A AMAERJ esteve representada por cerca de 30 juízes e por Renata Gil.

No “Ato público contra a impunidade e a corrupção: Magistratura e Ministério

Público em defesa da Justiça”, a presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Cavalcante, definiu o movimento como “uma luta histórica” da população brasileira. “Nossa honra é a hora do povo. Estamos sendo punidos não por nossos erros, mas por nossos acertos”, sentenciou ela. Para Jayme de Oliveira, da AMB, “o Parlamento deve ser a casa do diálogo com a sociedade”. “O texto atual e os substitutivos apresentados são ruins. O momento é péssimo. Melhor é aguardar passar essa fase para que o debate se dê num clima racional. Tipificar crime de hermenêutica é uma violência contra a democracia, pois liquida com a independência judicial”, disse o novo dirigente da AMB.

Em 4 de dezembro, na praia de Copacabana, a mais famosa da zona sul carioca, uma manifestação de magistrados contra a lei do abuso de autoridade recebeu expressivo apoio popular. “A população tem estado ao lado do Judiciário. Os magistrados foram aplaudidos em Copacabana. Isso é fruto do trabalho realizado pela Justiça e de nossa credibilidade”, afirmou a presidente da AMAERJ.

Para Renata Gil, a lei do abuso de poder



De mãos dadas, mais de mil magistrados e membros do MP de todo o Brasil fizeram ato contra a corrupção e de repúdio contra o projeto do abuso de autoridade. Eles cantaram o hino nacional e deram um abraço simbólico no STF

mascara uma “grave tentativa de intimidação” ao Judiciário e ao Ministério Público. Não é dirigida a magistrados e promotores, mas “à sociedade, que espera ver que as pessoas que atentam contra a República sejam punidas”.

Após o acordo que levou ao adiamento da votação no Senado do projeto que criminalizaria magistrados e promotores por abuso de autoridade, a presidente da AMAERJ identifica a tendência de haver um entendimento melhor entre os Poderes em 2017. “Estou confiante. Passamos um período de estresse muito aguçado. Os canais se abriram. Os ânimos se acirraram muito quando um Poder usou sua força para enfrentar um outro Poder. Notamos uma incompreensão muito grande, até do sistema da magistratura. Temos feito um trabalho de fortalecimento institucional e de conversa com outras instituições. O diálogo voltou a ser reaberto quando se acalmaram os ânimos”, disse Renata.

Mas no Senado e na Câmara dos Deputados tramitam sete Projetos de Emenda Constitucional (PECs) e leis específicas que afetam o funcionamento do Judiciário. As medidas atingem

prerrogativas da categoria, além de prejudicar a estabilidade financeira dos magistrados, com o propósito subliminar de intimidar e amedrontamento.

A PEC 62/2015 veda a vinculação remuneratória automática entre os subsídios de agentes públicos e os dos ministros do STF. Já a PEC 10/2013 extingue o foro privilegiado para crimes comuns. A PEC que busca limitar os gastos públicos (241/2016) regulamenta o regime disciplinar da magistratura e do Ministério Público. Há ainda a PEC 505/2010, que trata da exclusão da aposentadoria e perda do cargo. Outros tratam do teto remuneratório e de medidas de combate à corrupção, que poderão incluir crimes de responsabilidade contra juízes, procuradores e promotores.

De acordo com Renata Gil, os ataques ao Judiciário e ao Ministério Público consolidaram-se

em reação à Operação Lava-Jato. “A Lava-Jato precipitou isso, ao colocar o Ministério Público e a magistratura nos holofotes. Todas as mágoas e ressentimentos acabaram aparecendo em um momento como este”, observou ela.

Ao final de um 2016 conturbado, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, governadores, prefeitos, deputados e senadores acuados por suspeitas graves de corrupção e a Justiça, o Ministério Público e a Polícia Federal com destaque público nunca antes visto, espera-se um 2017 mais tranquilo, caso a crise na economia seja aliviada.

“A crise econômica continuará, ainda

haverá inconformismo. Mas minha expectativa é boa para 2017, até porque o governo tem dado sinais de que quer resolver o problema das contas públicas. A democracia só consegue sobreviver com instituições sólidas e o apoio da população”, afirmou a presidente da AMAERJ. ■

“NOSSA HONRA É A HORA DO POVO. ESTAMOS SENDO PUNIDOS NÃO POR NOSSOS ERROS, MAS POR NOSSOS ACERTOS”

NORMA CAVALCANTE, presidente da Conamp

ATUAÇÃO DINÂMICA NO RIO E EM BRASÍLIA

Entidade trabalha em conjunto para defender prerrogativas da classe

por **DIEGO CARVALHO**

Préstes a completar um ano de gestão, a diretoria da AMAERJ trabalha intensamente pela defesa da magistratura junto aos associados e a outras associações jurídicas. A entidade atuou no Rio contra o “pacote de maldades” do Executivo, em reuniões com deputados, e pelo pagamento dos magistrados ativos, aposentados e pensionistas. Na capital federal, a AMAERJ lutou no Congresso e no Planalto contra os projetos que atingem a classe e a democracia. A Associação ainda defendeu os juízes em atos e notas de apoio. Em um grave momento em que o Poder Judiciário tem sofrido ataques constantes, a AMAERJ conclama os associados a se manter unidos em prol do fortalecimento da Justiça.

DIREITOS HUMANOS

A AMAERJ premiou 18 autores de trabalhos em defesa da cidadania, em noite de emoção no Plenário do TJ-RJ. Mais de 200 pessoas participaram do 5º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos, entre os quais o ex-presidente do STF Carlos Ayres Britto. O Troféu Hors-Concours foi entregue ao presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Roberto de Figueiredo Caldas.



Juízes do TJ-RJ participaram da manifestação em Copacabana

A QUEM INTERESSA ENFRAQUECER O JUDICIÁRIO?

Mais de 200 integrantes da magistratura e do Ministério Público do Rio de Janeiro foram aplaudidos em manifestação popular, na praia de Copacabana (zona sul). Vestindo camisetas e levando cartazes em defesa das categorias, membros de AMAERJ, AMPERJ, AMATRA-1 e AJUFERJES aderiram em peso ao convite para reforçar o protesto contra a responsabilização criminal de juízes e promotores.



Associados votaram propostas de combate à crise financeira

PARTICIPAÇÃO COLETIVA

Após o não-repasse do duodécimo do Judiciário, a AMAERJ promoveu Assembleia Geral para deliberar medidas sobre o pagamento dos vencimentos da categoria. De forma democrática, cerca de 120 juízes e desembargadores participaram das decisões.

Renata Gil se encontrou com presidentes dos três Poderes em Brasília



REUNIÃO COM PRESIDENTES

A presidente da AMAERJ, Renata Gil, se encontrou com os presidentes da República, Michel Temer, do STF, Cármen Lúcia, e do Senado, Renan Calheiros. Nas reuniões, foram discutidos temas de interesse da magistratura e a nova gestão da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros).

CONTRA O “PACOTE DE MALDADES”

As associações dos Magistrados, do Ministério Público, dos Procuradores e dos Defensores Públicos do Rio de Janeiro atuaram em conjunto para combater o “pacote de maldades” do Governo do Estado. As entidades entregaram aos deputados notas técnicas contra o uso dos Fundos Especiais para pagar pessoal, a alíquota adicional extraordinária e aumento percentual da contribuição previdenciária.



APOIO A MAGISTRADOS

A AMAERJ apoiou publicamente magistrados do TJ-RJ que sofreram desacatos, tentativas de intimidação e agressão. A entidade promoveu atos de desagravo aos juízes Flávio Citro e Glaucenir de Oliveira. A Associação ainda emitiu notas de apoio ao desembargador Luiz Zveiter e aos juízes Paloma Rocha, Marcela Caram, e eleitorais de Campos dos Goytacazes.



Magistrados receberam instruções de defesa e manuseio da arma

CURSO DE SEGURANÇA

Mais de 20 juízes participaram do “2º Curso de Tiro e Táticas Defensivas para Magistrados”, organizado pela AMAERJ e promovido pela Core (Coordenadoria de Recursos Especiais), na Cidade da Polícia. Em três aulas, os magistrados tiveram treinamento específico para saberem reagir a situações de risco, como instruções de tiro, combate em ambiente confinado e contraemboscada.

Depois de receber nota, Picciani retirou de pauta proposta de alíquota extra



Desagravo a Flávio Citro reuniu cerca de 70 juízes e servidores

25 anos de lutas

Em noite de homenagens, magistrados relembram unificação que deu origem à AMAERJ

por ANNA LUIZA GOMIDE



1. Magistrados olham fotos históricas das associações na exposição dos 25 anos da AMAERJ 2. Juízes e desembargadores do Rio relembraram atuações firmes das entidades 3. José de Magalhães Peres tem seu retrato inaugurado

Em 1975, foi oficializada a fusão da Guanabara com o Rio de Janeiro. Só dezesseis anos depois, porém, os magistrados dos dois estados aprovaram a unificação da AMF (Associações dos Magistrados Fluminenses) e da AMARJ (Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro), dando origem à AMAERJ, em 29 de novembro de 1991.

A entidade reuniu fundadores e membros das primeiras diretorias para comemorar os 25 anos de fundação, relembrar a data e a importância de uma classe forte e unida, principalmente em um momento desafiador para o Judiciário e a magistratura.

Documentos históricos, como os livros de registros e fotos da AMF e da AMARJ

foram expostos no Auditório Desembargador Renato de Lemos Maneschy. Futuramente, vão compor exposição permanente com todo o acervo da associação, anunciou a presidente da AMAERJ, Renata Gil.

“Quando nos conhecemos nos entendemos melhor. Todo o resgate da história só foi possível pela dedicação do desembargador Elmo Arueira, que se esforçou pessoalmente ao longo de meses para coletar esse material. E agora tudo está documentado na associação”, disse Renata.

O desembargador Elmo, vice-presidente na primeira gestão da AMAERJ, lembra que inicialmente os magistrados da Guanabara passaram a ser promovidos na proporção de 2 para 1 em relação aos do antigo estado do Rio. “Muitos

estranharam a demora na unificação, mas a história explica. No início, após a fusão, o regime militar fez, arbitrariamente, uma composição do Tribunal de Justiça dividido em dois quadros: um de juízes vindos da Guanabara e outro do Rio de Janeiro. A associação do Rio entrou com uma representação no Supremo Tribunal Federal (STF), que, em decisão histórica, indicou que só poderiam existir dois critérios para promover juízes ao TJ-RJ: antiguidade e merecimento. Não existia, na Constituição, esse requisito da origem”, contou.

No evento, realizado na Sede da AMAERJ, foram inaugurados na Galeria de Presidentes os retratos do desembargador José de Magalhães Peres (2004-2005) e do juiz Rossidéllo Lopes da Fonte

(2014-2015). Peres destacou a importância da fusão das associações. “Nada justificava ter duas associações e a entidade única se fortaleceu, projetou-se no Brasil inteiro. Hoje é uma instituição reconhecida em todo o país, no Congresso Nacional, como uma associação forte, representativa dos magistrados estaduais. Espero que a AMAERJ continue assim, trilhando esse caminho de defesa dos cidadãos fluminenses, dos direitos fundamentais e da democracia, e seja cada vez mais relevante no seu papel no cenário nacional”, afirmou.

O também homenageado juiz Rossidéllo Lopes, presidente da AMAERJ até fevereiro, ressaltou a importância de prestar toda solidariedade a Renata Gil neste momento difícil por que a magistratura

passa. Ele também chamou atenção para a união dos magistrados da ativa com dos aposentados e pensionistas.

AMAERJ NASCEU, EM 1991, DA FUSÃO DA AMF (ASSOCIAÇÕES DOS MAGISTRADOS FLUMINENSES) COM A AMARJ (ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO RIO DE JANEIRO)

“A AMAERJ é composta por juízes e desembargadores da ativa mas, principalmente, por aposentados e pensionistas. Não podemos deixar dividir o pagamento do pessoal da ativa com o dos aposentados. Se não respeitarmos quem fez a história da associação e da magistratura fluminense, ficaremos em um barco sem rumo”, afirmou.

HISTÓRICO

A AMAERJ nasceu em 1991, com a fusão da AMF – fundada em 1954 – com a AMARJ, criada em 1º de junho de 1958. Antes disso, chamou-se Associação dos Magistrados do Distrito Federal (AMADF) – quando era a capital do país –, e Associação dos Magistrados do Estado da Guanabara (AMAEG). ■



Na posse, Jayme de Oliveira disse que o Judiciário desponta como o Poder que tem a capacidade de manter o equilíbrio do país

Força, independência e representação

São Paulo, Paraná, Minas e Rio de Janeiro decidem e Chapa 1 vence eleição da AMB por 318 votos

por **DIEGO CARVALHO**

Di 11 de novembro, 23h18. Estava encerrada a apuração. O juiz Jayme de Oliveira, de São Paulo, era eleito presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para o triênio 2017-2019. Mais de 11 mil juízes, desembargadores e ministros foram às urnas para escolher

os representantes da maior associação de magistrados do mundo (14.251 filiados). Em uma disputa acirrada, a Chapa 1 (AMB Forte, Independente e Representativa), de oposição, venceu com a diferença de apenas 318 votos para a Chapa 3 (AMB de Magistrado para Magistrado).

DIRETORIA DA AMB

2017/2019

PRESIDENTE Jayme Martins de Oliveira Neto (*presidente da Apamagis*)

VICE-PRESIDENTES Renata Gil (*presidente da AMAERJ*), Heyder Tavares da Silva Ferreira (*Amepa*), Maria Isabel da Silva (*Amagis - DF*), Paulo Sérgio Barbosa de Oliveira (*Amab*), Nelson Missias de Moraes (*Amagis-MG*), José Arimatéa Neves Costa (*Amam*), Paulo César Alves das Neves (*Asmeço*), Francisco Borges Ferreira Neto (*Ameron*), Julianne Freire Marques (*Asmeto*), Jerson Moacir Gubert (*Ajuris*) e Gisela Ávila Lutz (*Amatra I*)

COORDENADORIAS

Justiça Estadual: Frederico Mendes Júnior (*Amapar*)

Justiça do Trabalho: Diego Petacci (*Amatra II/SP*)

Justiça Federal: Renata Andrade Lotufo (*Ajufe*)

Justiça Militar: Paulo Adib Casseb (*Amajme*)

Aposentados: Alemer Ferraz Moulin (*Amages*)

CONSELHO FISCAL Helvécio de Brito Maia Neto (*Asmeto*), Maria de Fátima dos Santos Gomes Muniz de Oliveira (*Apamagis*) e José Anselmo de Oliveira (*Amase*)

Magistrado há 25 anos, Jayme Martins de Oliveira Neto é titular da 13ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Nascido em Monte Aprazível (SP), em 1965, o juiz é formado em Direito nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), mestre em Direito e doutorando em Direito pela PUC-SP. Jayme foi o idealizador, fundador e presidiu o Instituto Paulista de Magistrados (Ipam), voltado para o estudo do Direito. Ele foi o primeiro juiz de primeira instância a assumir a presidência da APAMAGIS, cargo que exercia pelo segundo mandato.

Jayme teve 5.537 votos (49,52%), contra 5.219 (46,67%) da Chapa 3, liderada por

Gervásio Protásio (Maranhão), e 324 (2,9%) da Chapa 2, de Michel Curi e Silva (Minas Gerais). No total, foram 11.182 votantes (59 brancos e 43 nulos), recorde de comparecimento dos magistrados às urnas.

São Paulo, Paraná, Minas e Rio de Janeiro foram os estados decisivos para o resultado final, somando internet, presencial e correspondência. Na APAMAGIS (SP), presidida por Jayme de Oliveira, a Chapa 1 recebeu impressionantes 94% dos votos – 1.432 votos contra 42 da Chapa 2 e 40 da Chapa 3. Os números também foram altos na AMAPAR (PR), 635 (80%) a 140 da Chapa 3, na AMAGIS (MG), 533 (71%) a

164, e na AMAERJ (RJ), 403 (74%) a 128.

Quase um terço dos habilitados (4.099) escolheu votar pela internet. O processo foi conduzido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF). Nesta plataforma, a diferença entre o vencedor e o segundo colocado foi de 62 votos: 2.001 para a Chapa 1 e 1.939 para a Chapa 3.

Eleita vice-presidente institucional da entidade nacional, a presidente da AMAERJ, Renata Gil, afirmou que os magistrados trabalharão unidos para combater os retrocessos e para valorizar a classe. “Essa conquista significa muito para todos nós porque é uma resposta direta aos compromissos a que nos propusemos e à seriedade dos magistrados que compõem a Chapa. Vamos fazer uma AMB verdadeiramente forte.”

Neste ano, 542 magistrados fluminenses votaram, quase 50% a mais que nas eleições de 2013, o que indica um engajamento importante da categoria. A AMAERJ sediou a eleição no Estado em 20 horas de votação presencial.

“A vitória da Chapa 1 no Rio representa o reconhecimento dos esforços da atual gestão da AMAERJ e dos resultados apresentados em defesa dos interesses da magistratura no Estado. Mostra que estamos no caminho certo e nos incentiva a continuar trabalhando firme neste momento difícil para a classe, em que projetos estaduais e federais colocam em risco a independência e a autonomia do Poder Judiciário. Agradeço aos associados por votarem e entenderem a importância da participação de cada um nas eleições”, disse Renata Gil, que já foi vice-presidente de Direitos Humanos da AMB na gestão do desembargador Henrique Nelson Calandra.

Outros 13 magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro compõem a diretoria: Roberto Felinto (Coordenadoria Regional dos Aposentados), Fábio Dutra (Assuntos Institucionais), Flávio Quaresma (Assuntos Legislativos), Marcia Succi (Articulação com o STF, Tribunais Superiores e CNJ), Antônio Augusto de Toledo Gaspar (Justiça Eleitoral), Sérgio Luiz Ribeiro de Souza (Infância e Juventude), Alexandre Chini (Convênios), Octávio Chagas Teixeira (Relações Internacionais),



Renata Gil tomou posse como vice-presidente Institucional: "Vamos fazer uma AMB verdadeiramente forte"

Adicional por Tempo de Serviço (ATS/VTM).

A nova diretoria da AMB também promete ter uma ação política e legislativa permanente para acompanhar o debate e votações de propostas no Congresso, participar de forma efetiva no debate e elaboração do novo Estatuto da Magistratura, e defender a paridade e a integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas.

A diretoria também prioriza as eleições diretas nos tribunais, elaborar um Plano Nacional de Segurança de magistrados, apoiar a proposta de resolução no CNJ que permite a permuta de juízes, sustentar mudança na composição do CNJ para ampliar o número de representantes de primeiro e segundo grau da Justiça Estadual.

Outras medidas são estudar a viabilidade de um plano nacional de assistência e cobertura à saúde dos magistrados, exigir condições de trabalho adequadas e planejar e divulgar campanhas de valorização da magistratura e do Poder Judiciário, resgatando a autoestima dos membros e fortalecendo sua importância social. ■

Rodrigo Meano Brito (Futebol), Rodrigo Faria de Sousa (Esportes), Ralph Manhães (Efetividade da Jurisdição), Marvin Ramos e Raquel Chrispino (Interiorização).

A nova gestão tomou posse em 15 de dezembro, em Brasília, com o objetivo de

resgatar a identidade da AMB com a magistratura. Entre as metas, estão a defesa intransigente de remuneração digna e valorização da carreira, a apresentação e defesa de PECs que garantam a recomposição monetária dos subsídios e a luta pela aprovação do

“Precisamos buscar o diálogo”

Entrevista com
Jayme de Oliveira, novo
presidente da AMB

por RAPHAEL GOMIDE



Ex-presidente da Apamagis, Jayme de Oliveira afirma que o trabalho do juiz é de pacificação, não só de solução de processos

O clima de antagonismo e instabilidade dificulta uma discussão racional e equilibrada no país neste momento, na opinião do presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Jayme de Oliveira, que assumiu em dezembro. “As constantes revelações dos crimes contra o patrimônio público, a citação do nome de altas autoridades de república, as

prisões, enfim, tudo gera um clima de grande instabilidade. Então muitos partem para o ataque contra as instituições que estão funcionando muito bem”, afirmou Jayme, em entrevista à **FÓRUM**, em dezembro. Conhecido como conciliador, ele pretende liderar a magistratura buscando “equilíbrio”, “prudência” e a união da categoria.

FÓRUM: A presidente do STF, Cármen Lúcia, disse que o Brasil vive risco de crise institucional se prosperar o projeto dos crimes por abuso de autoridades, atingindo o Judiciário e o Ministério Público. O sr. concorda?
JAYME DE OLIVEIRA: Sem dúvida. A votação desse projeto sem a discussão séria e profunda será um grande retrocesso. Mas temos a expectativa de que o Senado não aceite essa imposição e abra diálogo com a sociedade.

FÓRUM - O Executivo busca com entidades do Judiciário e do MP a elaboração de um texto alternativo a ser apresentado à votação no Congresso. O sr. considera essa uma boa saída?
JAYME - O Parlamento deve ser a casa do diálogo com a sociedade. O texto atual e os substitutivos apresentados são ruins. O momento é péssimo. Melhor é aguardar passar essa fase para que o debate se dê num clima racional. Tipificar crime de hermenêutica [interpretação] é uma

violência contra a democracia, pois liquida com a independência judicial.

FÓRUM - Ataques e tentativas de cerceamento à atividade de juízes e do MP têm se acirrado. A origem da reação de parlamentares é a Lava-Jato? Ou sempre houve uma pressão velada, agora exacerbada em função da crise política?
JAYME - As duas coisas se somam em um momento dramático para a sociedade brasileira. Não há condição de discussão racional, equilibrada, nesse momento nacional. As constantes revelações dos crimes contra o patrimônio público, a citação de altas autoridades de república, as prisões, enfim, tudo gera um clima de grande instabilidade. Então muitos partem para o ataque contra as instituições que estão funcionando muito bem.

FÓRUM - Que papel poderia a AMB diante desse quadro inédito de quase confronto entre Legislativo e Judiciário?
JAYME - A AMB tem um âmbito de

atuação limitado, mas um papel relevante na busca de soluções. O Judiciário é o guardião dos valores e pode trazer equilíbrio ao conflito. A prudência é própria de nossa atividade e por isso precisamos buscar o diálogo não apenas com o Congresso, mas com o Executivo, o próprio Judiciário e ainda com a sociedade civil. Os ânimos estão exaltados em todas as partes e não é possível fazer uma previsão, porque a cada dia surge uma novidade que desestabiliza o cenário e muda a pauta.

FÓRUM - Como a magistratura sairá disso ao final da crise?

JAYME - Com equilíbrio, prudência, e atuando em prol da sociedade. Nosso trabalho é de pacificação, não só de solução de processos. A magistratura tem de permanecer unida e consciente da gravidade do momento nacional, consciente da importância do nosso papel para a manutenção regular do funcionamento das instituições. ■



HOSPITAL OFTALMOLÓGICO
Santa Beatriz
Oftalmologia ao alcance de todos



CIRURGIAS . EXAMES . TERAPIAS A LASER . LENTES DE CONTATO
AMPLA REDE CONVENIADA . ATENDIMENTO 24H
unidade Fonseca



UNIDADE ICARAI

viver
Ver melhor
ao alcance de todos.

CENTRAL DE ATENDIMENTO
(21) 3078.0808 . 2626.8000

O presidente pacificador

O desembargador Milton Fernandes assume o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em meio à crise, tendo de restabelecer a relação com os outros Poderes

por **RAPHAEL GOMIDE**

No sábado 17 de dezembro, o desembargador Milton Fernandes de Souza curtia tranquilamente o fim de semana em São Paulo, já em ritmo de final de ano, com as filhas, genros e netos, quando passou a receber seguidas mensagens no celular. Eram colegas desembargadores. Eles sugeriam que concorresse à presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Aos 64 anos e um dos cinco mais antigos membros do TJ-RJ, Milton Fernandes havia se candidatado a corregedor-geral, mas não vencera no segundo escrutínio. O eleito fora Cláudio de Mello Tavares. Após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que julgara inconstitucional a recondução de presidente de tribunais, o TJ-RJ teria novas eleições na segunda-feira (19), dali a dois dias. E Fernandes deixara o Rio sexta-feira dizendo que não seria candidato. As mensagens balançaram o desembargador, mas ainda na segunda-feira não estava certo de que disputaria o pleito. Decidiu-se só no último momento. Derrotou a desembargadora Maria Inês Gaspar, por 101 votos a 41. Aos 65 anos, será o presidente do TJ-RJ no Biênio 2017-2018.

Leia a entrevista que Milton Fernandes concedeu no fim de dezembro, no gabinete sem funcionários, que deixará em fevereiro.

Fernandes diz ser um harmonizador. O novo presidente assume na crise



FÓRUM: Quando o sr. se tornou juiz de carreira, em 1981, poderia imaginar que um dia seria presidente do tribunal?

MILTON FERNANDES DE SOUZA: Jamais pensei nisso.

FÓRUM: Até recentemente mesmo possivelmente o sr. nem imaginava?

FERNANDES: Saí daqui na sexta-feira dizendo que não seria candidato. Mas começaram a surgir outras mudanças. Houve uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal em relação ao Tribunal de Justiça da Paraíba estabelecendo um novo critério, dos cinco mais antigos elegíveis. Eu estava em São Paulo no sábado de manhã, tranquilo, vendo minhas filhas. Embora sejam todas cariocas, uma delas mora em São Paulo e a outra fica indo e voltando. Estava lá com meus genros, minhas filhas, quando começaram a vir as mensagens. Quando cheguei no Rio de Janeiro, na segunda-feira, mesmo assim era incerto, porque eu não sabia se iria concorrer.

FÓRUM: Qual foi o momento decisivo?

FERNANDES: Na hora em que foi dito quais eram os candidatos. Só os dois, então eu falei: “tudo bem”. Aí eu concordei. Era o que eu tinha prometido.

FÓRUM: Muita gente pediu para que o sr. fosse candidato?

FERNANDES: Muita gente falou: “concorre, concorre!”

FÓRUM: Mas a decisão foi naquele último momento.

FERNANDES: Eu já tinha estabelecido um critério. Só vou concorrer se for naquele critério rígido da Loman, senão não concorreria.

FÓRUM: O sr. temia que houvesse algum problema depois?

FERNANDES: Exatamente. O tribunal do Rio tem de ser pacificado, acabar com isso. Fica indo para Brasília, vai e volta [refere-se a recursos a decisões do TJ-RJ feitos ao STF e ao STJ]. Aí deu esse resultado, que nem eu...

FÓRUM: Até semana passada então o sr. não imaginava que presidiria o tribunal em 2017?

FERNANDES: Eu não! Já tinha des-

cartado essa questão, porque concorri à Corregedoria e perdi para o desembargador Cláudio de Mello Tavares, e já tinha descartado. Já tinha desfeito meu pensamento, minha vida.

FÓRUM: Como é chegar à presidência em um momento de crise financeira e política? O sr. disse que pretende pacificar o tribunal, mas também tem que pacificar a relação com os outros Poderes.

FERNANDES: Isso é o mais importante. Pacificar o tribunal é em termos, porque o tribunal já está relativamente pacificado. Temos de tirar algumas arestas e fazer alguns ajustes necessários. E tentar conversar com os demais Poderes, que estão sofrendo pressão de todos os lados, inclusive em questões inimagináveis para mim e para nós.

FÓRUM: O sr. não participou de nenhuma negociação nesse período estando fora da administração.

FERNANDES: Não participei.

FÓRUM: Como o sr. vê de fora o contato com o Executivo? Acha que será difícil essa relação?

FERNANDES: Não sei. De minha parte, vamos tentar fazer um bom contato. Não sei se vai ser bom ou ruim. Espero que tenha uma boa resposta. É lógico que em determinados momentos teremos de ser mais duros, mais rigorosos, porque não podemos abrir mão de certas prerrogativas. Não conheço o pessoal do Executivo, conheço muito superficialmente. Não sou um político, não sou nem um bom político, para dizer a verdade.

FÓRUM: O sr. acha que vai ter que exercitar esse lado?

FERNANDES: Sem dúvida, é a presidência. Vamos trabalhar institucionalmente. Não vou fugir às minhas características: nunca fugi e não vou fugir agora.

FÓRUM: Quais são suas características principais? Como se define?

FERNANDES: Procuo harmonizar, com tranquilidade, conversar com todos. As pessoas dizem que sou sério e antipático. Realmente eu sou sério, mas antipático nem tanto... [sorri] Com o tempo, as pessoas vão vendo que não é bem assim. Vamos conversar, tentar resolver. Isso é porque não fico rindo muito e minha sobrelha gruda uma na outra... Por isso as pessoas dizem que sou muito sério.

FÓRUM: O sr. já dirigiu o Fundo Especial do TJ-RJ. Qual é a importância do Fundo para a autonomia e a independência do tribunal?

FERNANDES: O Fundo é essencial para a autonomia e independência do Judiciário. O Fundo estava bem entregue, pelo que sei, na mão do desembargador Camilo Rulière. O presidente Luiz Fernando nesse aspecto conduziu muito bem a administração.

FÓRUM: Conforme acordo recente

no STF, o TJ-RJ terá de usar o Fundo para pagamento. Em um médio prazo, isso coloca o Fundo em risco?

FERNANDES: Não sei, não tenho ainda as informações exatas sobre a capacidade financeira do Fundo agora. As informações que tenho são informais e boas. Se são boas e se eles fizeram, não deve botar em risco, isso tudo é sempre calculado tranquilamente.

FÓRUM: Mas se o Fundo for usado para o pagamento de vencimentos for se prolongando por muito tempo pode ser um problema?

FERNANDES: Pode ser um grande problema.

FÓRUM: O Fundo foi o responsável pelo grande avanço de investimentos do tribunal.

FERNANDES: Exatamente.

FÓRUM: Quais são os outros desafios do biênio? Que marca o sr. gostaria

de imprimir no tribunal?

FERNANDES: O principal desafio é a questão financeira, não temos nada diferente disso. O resto, o tribunal já tem uma boa estrutura, já caminha bem, consegue produzir um bom resultado para a sociedade, o resultado de judicatura. Temos uma boa estrutura que foi criada ao longo dos anos, um pouco diferente para um, cada um tem suas ideias e ideologias. A ideia é exatamente levar mais a frente e procurar manter a excelência do Tribunal de Justiça.

FÓRUM: A AMAERJ atualmente tem representantes em comissões do tribunal. Os juízes continuarão integrando as comissões?

FERNANDES: Sim. O que já tem fica.

FÓRUM: O sr. é magistrado há 32 anos, exatamente a metade como juiz e a outra como desembargador. Como conhecedor por igual período

“Saí daqui sexta-feira dizendo que não seria candidato. Quando cheguei no Rio, na segunda, ainda era incerto”

ÓTICA Desde 1955
SETE
SERVIÇO EFICIENTE TÉCNICO ESPECIALIZADO

Especializada em atender bem.

Descontos para os Associados AMAERJ

61 ANOS

ZEISS
We Make It Visible

Rua Sete de Setembro, 98 Sobreloja 206 - Centro - RJ

Tel.: (21) 2242-5220 / 2252-3185 / (21) 99601-0068

das duas instâncias, de que melhorias precisam?

FERNANDES: Alguma melhoria estrutural que já começou a ser feita. A segunda melhoria é a informática. A informatização é necessária e é uma questão muito difícil para resolvermos porque exige investimento muito grande, é tecnologia que muda toda hora.

FÓRUM: Que ações são necessárias para reduzir a litigiosidade?

FERNANDES: Isso é complicado. Vamos tentar na mediação, que é um dos caminhos para procurar reduzir a litigiosidade. Em tempos de crise, a litigiosidade aumenta porque qualquer dinheirinho faz diferença. As pessoas procuram tirar dinheiro de qualquer lugar.



Presidentes da AMAERJ e do TJ. Fernandes disse que atuará na defesa da categoria

“Alguns desses projetos são nitidamente de revanche, para tirar o poder [dos magistrados]”

FÓRUM: Como vê a posição de protagonismo que o Judiciário tem atualmente?

FERNANDES: Está cumprindo o papel do Judiciário, julgando conforme o ordenamento jurídico, conforme a lei.

FÓRUM: Hoje existe uma série de projetos de lei que afetam o Judiciário e a magistratura. O senhor acha que o Judiciário está sob ataque?

FERNANDES: Acho que, em determinado aspecto, sim. Alguns desses projetos são nitidamente de revanche para tirar o poder. Algumas poucas medidas foram claramente de revanche, como o abuso de autoridade. O juiz tem de julgar, ele vai julgar conforme seu convencimento. Se a sentença mudar no segundo grau é porque a forma de convencimento do colegiado é diferente da do juiz.

FÓRUM: O senhor pensa em ter uma atuação na defesa da magistratura e do Judiciário?

FERNANDES: Sim, na medida do possível.

FÓRUM: O que o sr. faz no seu lazer, pratica esportes? Vi uma foto sua praticando kickboxing.

FERNANDES: Eu não sei de onde eles tiraram isso! Foi há muitos anos, não faço mais, já passei dessa idade. Sempre fiz esporte, também fiz artes marciais, como kickboxing e jiu-jitsu, mas pratiquei por muito pouco tempo. Pratiquei por muito pouco tempo. Sempre faço exercício. Jogo tênis, não mas tenho ido muito ultimamente. Tenho jogado mais golfe do que tênis. Golfe é um esporte de velho, você vai ficando mais velho e vai evoluindo... O golfe é mais tranquilo. Pratico há cinco anos. Gosto muito.

FÓRUM: Qual é a sua mensagem para a magistratura?

FERNANDES: Vamos trabalhar juntos para um objetivo comum: excelência do tribunal, excelência da magistratura, respeito – o respeito não se impõe, respeito se constrói. ■



CARIOCANDO

CULTURA + TURISMO + ESPORTE + LITERATURA

CULTURA

Naná Vasconcelos e o disco perdido

Ninguém sabe onde está a gravação original da obra de Naná, Fagner e Manassés

CULTURA p.28

Legado do percussionista rende inéditos

ESPORTE p.31

Torneio de tênis congrega magistrados na Sede Campestre

TURISMO p.32

Madri: a capital para andarilhos

ESTANTE p.34

Conheça histórias pitorescas de magistrados em livro do CNJ

Artista múltiplo, o pernambucano Naná Vasconcelos ganhou oito prêmios Grammy e foi eleito o melhor percussionista do mundo pela revista americana *Down Beat* por oito anos consecutivos



Disco inédito de NANÁ VASCONCELOS está desaparecido

por SÉRGIO TORRES

CD do multipremiado percussionista, morto este ano, foi gravado no fim dos anos 90 no Rio com Fagner e Manassés

Gravado há quase 19 anos, o CD “New Nordeste”, que uniu o percussionista Naná Vasconcelos ao consagrado cantor e compositor Raimundo Fagner e ao músico de cordas Manassés de Sousa, permanece inédito. Pior: os originais desapareceram. Eleito oito vezes o melhor percussionista do mundo pela revista norte-americana “Down Beat”, Juvenal de Holanda Vasconcelos, o Naná, morreu em março passado aos 71 anos, vítima de um câncer pulmonar. Sua viúva, Patrícia, vasculha os materiais inéditos deixados por Naná. Até agora, nada encontrou sobre “New Nordeste”.

Quem ouviu o trabalho em 1998 conta que o resultado é bem diferente de tudo o que o pernambucano Naná e os cearenses Fagner e Manassés fizeram ao longo das trajetórias musicais desenvolvidas por cada um. O disco não tem canções características da obra de Fagner nem o experimentalismo que marcou os trabalhos do percussionista. Manassés, que em 40 anos de carreira se destacou como músico de acompanhamento, apesar dos discos individuais que lança desde o final da década de 70 do século passado, tem a oportunidade de aparecer como solista.

“Esse não vai ser um disco como os que costumamos fazer normalmente. Estamos indo em diversas direções”, disse Naná em outubro de 1998, durante as gravações.

As faixas foram gravadas no Rio de Janeiro. Quatro delas são de autoria de Fagner: “Santarém”, “Caminho da Roça”, “Anabele” e “Donos do Brasil, esta uma parceria com o violonista Nonato Luiz e letra de Paulinho Tapajós (1945-2013). É a única faixa cantada do CD.

Manassés assina sozinho “Briga de Foice”, “Milagre da Farinha” e “Galo de Briga”. É de autoria de Naná a faixa “Vinheta”. O trio é basicamente de cordas e percussão. Manassés tocou viola e cavaquinho. Fagner, violão. Trabalharam como convidados o contra-baixista Bruce Henry

e o músico cearense Adelson Viana, na sanfona e nos teclados.

A sonoridade das músicas do trio foi testada por Naná, Fagner e Manassés em pequenos shows realizados em 1997 em Fortaleza, Salvador e Maceió. Intitulado “Reencontro”, o espetáculo chegou a ser gravado ao vivo, mas, como a qualidade do som não os agradou, os artistas resolveram partir para o estúdio.

O problema é que, por razões que se perderam no tempo, o disco não chegou a ser lançado. Fagner não sabe onde está o material. Arrisca que pode estar arquivado no estúdio em que ocorreu a gravação. Manassés também não sabe onde estão os originais e acredita que o CD não chegou a ser lançado porque a gravadora de Fagner à época não teria se interessado por considerar o trabalho, basicamente instrumental, de pouca receptividade no mercado.

Naná, Fagner e Manassés se conheceram no começo da década de 70, e seus caminhos se cruzaram desde o princípio. O primeiro disco do percussionista, “Amazonas”, de 1973, foi produzido por Fagner, que também estreava naquele ano com o clássico “Manera Fru Fru Manera”. Naná e Manassés chegaram a tocar juntos em Paris em 1975. Manassés integra as bandas que acompanham Fagner desde 1978.

A ideia da união dos três surgiu em 1997, quando Naná esteve em Fortaleza para um concerto no festival de cinema local. É dele a trilha sonora de “O Sertão das Memórias”, do cineasta cearense José Araújo, colega de escola de Fagner. O cantor e compositor participou

do show de Naná, como convidado. Dias depois, foram com Manassés para Orós, cidade no interior cearense em que Fagner tem casa. Passaram três dias ensaiando.

Desde o início, ficou decidido que o som apresentado pelo trio deveria ter como inspiração a música nordestina. Para Fagner, o resultado musical obtido é “pós-Quarteto Novo”, uma referência

“O DISCO NUNCA SAIU. ESTOU RESGATANDO MATERIAIS DE ESTÚDIO DE NANÁ, MAS AINDA NÃO ENCONTREI ESTAS GRAVAÇÕES”

PATRICIA VASCONCELOS, viúva de Naná



Manassés e Fagner se uniram a Naná para gravar o disco, que está desaparecido

ao grupo que na segunda metade dos anos 60 inovou ao apresentar temas que mesclavam ritmos do Nordeste brasileiro, improvisação e arranjos sofisticados.

O Quarteto Novo era formado por Hermeto Pascoal, Theo de Barros, Heraldo do Monte e Airto Moreira, percussionista catarinense radicado há quase 50 anos nos Estados Unidos e que divide com Naná a condição de mais laureado ritmista brasileiro de todos os tempos. O conjunto acompanhou Edu Lobo e Geraldo Vandré, entre outros artistas consagrados nos festivais da época.

“O disco dá a visão de um Nordeste que ainda não foi bem mostrado. Puxamos pelas raízes nordestinas, muito baião, influências árabes. É um trabalho que tem coisas muito fortes”, disse Fagner. Para Manassés, mesmo guardado há quase duas décadas, “New Nordeste” merece ser lançado. “O trabalho está muito bom. Conversei com Fagner logo depois que Naná morreu sobre a possibilidade de fazer o disco. Vou falar com ele de novo”, disse.

Das gravações, o músico e compositor guarda boas lembranças. Lembra de uma faixa em que Naná imitava o barulho da chuva caindo sobre a floresta amazônica. “Ficou muito legal”, disse Manassés.

Patrícia Vasconcelos inventaria os trabalhos que o companheiro deixou inacabados. Ela lembra bem do período dos ensaios e gravações, quando Naná hospedou-se na casa de Fagner no Ceará, e pretende conversar com Fagner e Manassés sobre a chance de o CD ser finalmente lançado.

“O disco nunca saiu. Estou resgatando materiais de estúdio de Naná, mas ainda não encontrei estas gravações. Talvez tenham ficado ou com Fagner ou com Manassés. A relação dele com Fagner era muito boa. Fagner o chamava de Nana (sem o acento agudo). Fazia tempo que eles não conversavam, mas quando se viam ficavam muito felizes. Fagner tinha um carinho especial por Naná”, rememora Patrícia. ■

Projetos com a obra de Naná

Artista múltiplo, **NANÁ VASCONCELOS** deixou gravações, registros sonoros e escritos, projetos e rascunhos que desde sua morte vêm sendo resgatados pela viúva Patrícia. Para ela, o Brasil ainda não captou a dimensão da obra do percussionista.

“Naná tem uma obra monstruosa. Tenho muita pena, porque o Brasil não atendeu ainda que Naná foi um gênio. Nós que estamos resgatando seus trabalhos temos a sensação de que ele não parou. O trabalho social que ele fazia no Carnaval era maravilhoso. Ele agregava. Entrava nas comunidades e resolvia os problemas, fazia shows com os batuqueiros”, conta ela.

A prioridade de Patrícia é concluir o CD “Um Budista Afrobudista”, gravado por Naná no final do ano passado. O disco está 80% pronto, estima ela. As gravações aconteceram no Recife e foram interrompidas com o agravamento da doença que o matou meses depois.

“Quando adoeceu, Naná entrou em um lado mais profundo, sacro, religioso. Era um momento espiritual. Ele compôs uma música que diz ‘amém e amem’ e pediu ao maestro Gil Jardim (docente da graduação e da pós-graduação da Universidade de São Paulo, a USP) que fizesse um arranjo sinfônico para este tema. Também

encomendou uma música para o Egberto Gismonti (parceiro de Naná no premiado “Dança das Cabeças”, Grammy de melhor disco estrangeiro em 1977; o percussionista ganhou ainda mais três Grammys). Com este material, concluiu o disco, que terá oito faixas. Não precisa ser um disco longo”, afirmou.

Outros trabalhos são desenvolvidos com a obra de Naná. Em setembro passado, na Itália, foi lançado um CD-tributo organizado pelo músico Peppe Consolmagno, amigo de Naná. Em São Paulo, o guitarrista e produtor Paulo Le Petit planeja colocar samples de Naná em plataforma digital. Paulo, o cantor e compositor Zeca Baleiro e Naná lançaram no ano passado o CD “Café no Bule”, último trabalho do percussionista. Em 2017, o músico Caíto Marcondes prepara o festival “Viva Naná”. Nos Estados Unidos, o professor Daniel Sharp escreve um livro sobre a atuação de Naná nos anos 70, com destaque para o álbum “Saudade”.

“Pedi que a Prefeitura do Recife homenageasse Naná no Carnaval 2017 com os batuqueiros e mestres. Composições dele seriam interpretadas enquanto sua imagem regendo apareceria sincronizada com os batuqueiros. Estou esperando resposta da Prefeitura”, disse Patrícia.

FOTO: VALERIA CARVALHO/DIVULGAÇÃO

ABERTO DA AMAERJ

MAGISTRADOS DO RIO CONFRATERNIZAM EM TORNEIO DE TÊNIS NA SEDE CAMPESTRE DA AMAERJ

por DIEGO CARVALHO



Juízes e desembargadores do TJ-RJ participaram do torneio de tênis nas quadras de saibro da Sede de Vargem Grande, em sábado de sol e descontração

O reencontro com os colegas da capital e do interior, as reflexões sobre o momento do Judiciário, as lembranças de casos divertidos vividos na carreira e, claro, a prática esportiva. Nem o sol forte foi capaz de afastar os cerca de 20 juízes e desembargadores do Rio de Janeiro da quadra de saibro da Sede Campestre da Associação, em Vargem Grande. Com descontração, os magistrados confraternizaram e disputaram o 5º AMAERJ Tennis Open, em 15 de outubro.

“A carreira da magistratura é muito complicada porque a disputa interna é muito grande, seja por promoção ou por melhores comarcas. Essa aproximação, fora da atividade comum, os une muito. A congregação faz com que eles vejam o colega de outra forma, como companheiro. Esse é o papel da AMAERJ: aproximar cada vez mais seus associados”, disse o

desembargador Roberto Felinto (ex-presidente da entidade), que representou a presidente, Renata Gil.

Após 12 jogos em seis horas de competição, o desembargador Marcus Quaresma e o juiz Rodrigo Meano Brito sagraram-se campeões do torneio. Nas semifinais, derrotaram Fernando Antonio e Guilherme Grandmasson (6/3). A dupla Gilberto Matos/Guy Maciel venceu Alexandre Cruz/Adilson Freire (6/3).

Com grande desempenho na decisão, Meano e Quaresma superaram Gilberto Matos e Guy Maciel por 6/1. “Essa já é a 5ª edição, graças à organização do Rodrigo Meano. É uma maneira de nos reunirmos,

conversarmos, brincarmos e, no final do torneio, tomarmos uma cervejinha. É muito bom, ainda mais quando sou campeão”, disse Quaresma.

Organizador da competição, Rodrigo Meano agradeceu o apoio da presidente Renata Gil, e dos diretores de Desportos

Rodrigo Faria e Marcelo Oliveira. “Também quero agradecer a cada magistrado que esteve aqui, trouxe seus parentes e curtiu com seus filhos. O tênis é uma oportunidade única que temos para agregar cada vez mais a magistratura. É uma honra e um prazer realizar o AMAERJ Tennis Open”, disse o juiz, tetracampeão do torneio. ■

DESEMBARGADOR
MARCUS QUARESMA
E JUIZ RODRIGO
MEANO BRITO
LEVARAM O TÍTULO
DO 5º AMAERJ
TENNIS OPEN

CAMPEÕES

2016 **Rodrigo Meano/Marcus Quaresma**

2015 Rodrigo Meano/
Gilberto Matos

2014 Adilson Freire/
Pablo

2013 Rodrigo Meano/Antonio
Jayme Boente

2012 Rodrigo Meano/José
Jayme Santoro



Paseo del Prado, caminho de fontes e museus

MADRI, A CAPITAL DAS CAMINHADAS

A PÉ, O VIAJANTE PERCORRE AS PRINCIPAIS ATRAÇÕES DA CAPITAL DA ESPANHA, DOS MAGNÍFICOS MUSEUS À POUCO CONHECIDA CAPELA COM AFRESCOS DE GOYA NO TETO

por **SÉRGIO TORRES**



Das grandes cidades da Europa, Madri é possivelmente aquela mais apropriada aos passeios a pé. Todas as atrações concentradas na região central da capital espanhola estão próximas. O principal exemplo talvez seja a área dos museus. O Prado, com as incríveis coleções de Velázquez e Goya; o Reina Sofia, com a célebre Guernica, de Pablo Picasso; e o Thyssen-Bornemisza, com o acervo de 800 quadros que se estende dos primitivos italianos dos anos 1500 à arte moderna do

século 20, ficam no Paseo del Prado, uma das mais famosas alamedas da Espanha.

Madri propicia aos visitantes sem pressa caminhadas por lugares incríveis – parques, praças, igrejas, avenidas, portais, palácios. Além dos museus, são imperdíveis atrações como a Plaza Mayor, destaque absoluto da Madri Antiga. Construída no século 17, a praça atrai multidões. É uma das mais belas do mundo, com arcadas sob prédios centenários muito bem conservados.

A cinco minutos dali fica a Puerta del Sol, ponto de concentração de turistas e moradores de Madri, espaço amplo onde se exibem músicos, mímicos, artistas plásticos. Mais cinco minutos, chega-se à Gran Via, aberta em 1910, com prédios mais altos em estilo neoclássico, onde funcionam cinemas e teatros.

Em torno da Plaza Mayor e da Puerta del Sol estão alguns destaques da gastronomia de Madri, um atrativo turístico à parte. É o caso do exuberante Mercado de

San Miguel. É difícil descrever tudo o que este ambiente de comidas e bebidas tem a oferecer ao turista. Há barracas e quiosques especializados em queijos, azeites, azeitonas, sanduíches, embutidos, frutos do mar, vinhos, espumantes, cervejas, doces, legumes, frutas e tapas (como são conhecidos os petiscos) os mais variados. Os quitutes podem ser consumidos em bancadas, balcões, barris e mesas coletivas.

Bem perto fica a Casa Rúa (Calle de Ciudad Rodrigo, 3), em uma das saídas da Plaza Mayor rumo ao mercado. Embora haja mesas e um segundo piso, os fregueses costumam comer de pé ao balcão o espetacular sanduíche de anéis fritos de lula no pão francês. A iguaria chama-se, em castelhano, bocadillo de calamar. Para acompanhar, no verão uma ou mais cañas, o chope espanhol. No inverno, vinhos em taças. Não há sofisticação na Rúa. Atendimento rápido, comida e bebida boas, ar de botequim brasileiro.

Ainda na caminhada por aquela região chega-se ao Palácio Real em não mais do que dez minutos. Maravilhosa atração. Edificação grandiosa, do século 18, com exposições interessantes e o acervo permanente de objetos e pertences da família real espanhola. Quase em frente, em uma rua estreita, está o La Bola, tradicional restaurante onde se come um cozido com grão de bico que exige descanso posterior. É uma refeição pesada, mas inesquecível. Só os fortes saem do Bola e continuam a passear. Os ajuizados voltam para o hotel, respeitando a cláusula pétrea do cotidiano madrileno: a famosa siesta, o descanso obrigatório pós-almoço.

A cerca de meia-hora do Palácio Real, ainda a pé, o turista alcança a atração mais secreta de Madri. Vale muito a pena. Uma capelinha na Glorieta San Antonio de La Florida, avenida larga, de muito trânsito e fora da região turística, tem o teto coberto por afrescos pintados por Francisco de Goya (1746-1828) em 1798. Os restos mortais do artista espanhol estão enterrados na Ermita de San Antonio de La Florida. Os desenhos de Goya são impactantes. Retratam a ressurreição de um assassinado que sai da tumba para mostrar a inocência do homem injustamente acusado pelo crime. Da última década do século 18, a capela é Patrimônio Nacional da Espanha. ■



Córdoba em um dia

A partir de Madri, o turista com um pouco mais de tempo pode fazer passeios de um dia a cidades próximas. A sugestão não vale para Barcelona e Sevilha, que merecem ao menos três dias cada uma, tal a quantidade de atrações.

Destaque da Andaluzia, Córdoba é um dos lugares aonde o turista mais apressado pode chegar de manhã e voltar no final da tarde para Madri. O trem-bala que liga a capital espanhola a Sevilha faz parada em Córdoba após pouco mais de uma hora de viagem. A pé mesmo, a partir da estação ferroviária, alcança-se em 15 minutos a cidade protegida por muralhas seculares, às margens do Rio Guadalquivir.

As vielas do Bairro Judeu, com o casario branco e florido, são encantadoras. Levam às duas grandes atrações da cidade. A Mezquita, de 12 séculos, marca o domínio mouro na Península Ibérica. É um dos destaques do turismo espanhol. A portentosa construção tem o teto sustentado por 850 arcos e pilares de granito e mármore, que dão tons avermelhados e alaranjados ao interior do templo islâmico. Bem perto, está o Alcazar de los Reyes Cristianos, em frente à milenar Ponte Romana. Era o palácio dos reis católicos no século 14. Formado por torres e terraços altos, oferece vista única e das fontes, lagos e piscinas que se estendem na parte baixa do Alcázar.



Ponte Romana sobre o Guadalquivir, com a Mezquita ao fundo

O QUE NÃO PODE FALTAR EM SUA BIBLIOTECA



CINCO LIVROS RECENTES DE MAGISTRADOS E ADVOGADOS QUE PENSAM O DIREITO E O DIA A DIA DA MAGISTRATURA NACIONAL

A JUSTIÇA ALÉM DOS AUTOS

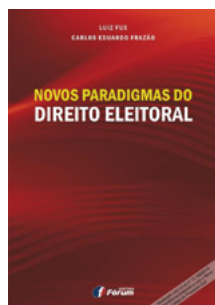


As cortes de todo o país são palco, diariamente, de disputas judiciais emocionantes, casos com desfechos surpreendentes, fatos curiosos e, por vezes, histórias de humor. O livro, lançado pela Corregedoria do CNJ, homenageia a magistratura brasileira com mais de 170 histórias que marcaram a vida de juizes e desembargadores, sendo 10 relatos de magistrados do Rio. **Editora:** CNJ



REFLEXÕES SOBRE O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

A obra apresenta uma coletânea de artigos de processualistas, com textos dos juizes do TJ-RJ **Luiz Roberto Ayoub**, **Bruno Bodart** e **Gustavo Quintanilha**. Em 488 páginas, a publicação mostra soluções para problemas concretos da sociedade, com foco em análises dos dispositivos do novo Código. O livro tem coordenação dos professores Carlos Roberto Jatahy, Diogo Assumpção de Almeida e Ayoub. **Editora:** FGV Direito Rio



NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO ELEITORAL

De autoria do ministro **Luiz Fux** (STF) e do professor **Carlos Eduardo Frazão**, o livro apresenta reflexões acadêmicas sobre a interpretação, a aplicação dos institutos e categorias do Direito e Processo Eleitoral, de acordo com o marco teórico do neoconstitucionalismo. O 'caixa 2' é um temas abordados na publicação, lançada no TJ-RJ. A obra mostra uma releitura de princípios eleitorais, inelegibilidade e prestação de contas. **Editora:** Fórum



CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Lançado no 1º Tribunal do Júri do TJ-RJ, o livro apresenta um curso completo, com todos os tributos, contribuições, taxas e impostos, sob as regras do novo CPC. A obra é coordenada por

Leonardo Pietro Antonelli e **Marcus Lívio Gomes**. A publicação traz monografias de expoentes do Direito Tributário, como juizes, procuradores da República, professores universitários e advogados. **Editora:** Almedina



PARTILHA DE BENS

Escrito pelo juiz **Rafael Calmon Rangel**, do Espírito Santo, o livro apresenta um estudo transdisciplinar e crítico a respeito de um assunto pouco abordado pela literatura jurídica nacional: a divisão dos bens adquiridos pelos cônjuges e companheiros, por separação, divórcio e dissolução da união estável hétero e homoafetiva. Por meio de linguagem simples, o texto dedica-se aos aspectos materiais e processuais da partilha. **Editora:** Saraiva